

NCF Participações S.A.

CNPJ 04.233.319/0001-18
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da NCF Participações S.A. (Companhia), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

A Companhia foi constituída em 2000, como sociedade por ações de capital fechado privada, voltada à realização de aplicações em títulos e valores mobiliários e participação nas sociedades da Organização Bradesco (Organização), contando com Conselho de Administração e Diretoria como órgãos da administração.

Como uma das *holdings* da Organização, detém participação acionária nos capitais do Banco Bradesco S.A. (Bradesco ou Banco) e da Bradespar S.A. (Bradespar). Em 31 de dezembro de 2019, a participação acionária no capital total do Bradesco era de 5,33%, enquanto que na Bradespar era de 9,37%.

Possui também registro de companhia aberta, perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), na Categoria "B", desde outubro de 2016.

Resultado do período

O resultado operacional dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é composto, basicamente, por equivalência patrimonial e juros sobre o capital próprio (JCP), gerados pela participação no capital do Bradesco e da Bradespar bem como o resultado financeiro, referentes a aplicações financeiras e os juros sobre debêntures, conforme ilustrado abaixo:

	2019	2018
RECEITAS(DESPESAS) OPERACIONAIS	986.920	912.294
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.059.486	983.107
Despesas Tributárias	(63.355)	(61.578)
Despesas Gerais e Administrativas	(9.211)	(9.235)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS E DOS TRIBUTOS	986.920	912.294
RESULTADO FINANCEIRO	(28.843)	(82.786)
Receitas Financeiras	542.705	546.361
Despesas Financeiras	(571.548)	(629.147)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	958.077	829.508
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(3.303)	(4.786)
RESULTADO DO PERÍODO	954.774	824.722

O principal motivo para o crescimento do lucro no exercício foi o aumento do resultado de equivalência patrimonial reconhecido pela Companhia, referente aos investimentos no Bradesco e na Bradespar, no montante de R\$ 1,1 bilhão e R\$ (40,1) milhões, respectivamente, sendo que, em comparação com o ano anterior, tais valores foram de R\$ 874,1 milhões e R\$ 109,0 milhões.

Negócios sociais e fatos administrativos relevantes

Em 2019, ocorreram os seguintes fatos relevantes: (i) recebimento de dividendos/JCP, destinados pelo Bradesco, no valor líquido de R\$ 947 milhões; (ii) recebimento de dividendos/JCP, no valor de R\$ 32 milhões destinados pela Bradespar; e (iii) aumento de capital social, no valor de R\$ 4,3 bilhões.

Comentários sobre as investidas

BRADESCO

Fundado em 1943, o Bradesco é um dos maiores grupos financeiros do Brasil, presente em todas as regiões do território nacional e em pontos estratégicos no exterior. Em constante evolução para acompanhar e superar os desafios da economia e inovações tecnológicas, busca, permanentemente, a excelência em atendimento, produtos, serviços e melhor rentabilidade aos seus acionistas e investidores, sempre promovendo a inclusão bancária e comprometidos com o crescimento socioeconômico do País.

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Milhares de Reais			
	2019	2018	
ATIVO	617.916	1.573.539	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO
CIRCULANTE	4.509	629.306	CIRCULANTE
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 7)	503.271	236.330	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 20g)
Ativos Financeiros ao Valor Justo Por Meio do Resultado (Nota 8)	57.831	475.961	Juros sobre o Capital Próprio a Pagar (Nota 15e)
Ativos Financeiros ao Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes (Nota 9)	52.244	231.942	Outras Obrigações (Nota 13)
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos a Receber (Nota 19a)	61	-	Passivos Financeiros (Nota 14)
Despesas Antecipadas	19.882.484	17.231.655	NÃO CIRCULANTE
NÃO CIRCULANTE	8.500.934	6.374.481	Provisão para Impostos e Contribuições
Realizável a Longo Prazo	7.111.557	5.060.535	Provisão para Contingências (Nota 12)
Ativos Financeiros ao Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes (Nota 9)	274.432	259.040	Passivos Financeiros (Nota 14)
Valores a Receber (Nota 10)	402.370	319.029	Outras Obrigações (Nota 13)
Depósitos Judiciais (Nota 12)	164.134	141.950	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Créditos Tributários (Nota 20c)	548.441	593.927	Capital Social (Nota 15a)
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 20)	11.381.550	10.857.174	Reservas de Lucros
INVESTIMENTO (Nota 11)	20.500.400	18.805.194	Outros Resultados Abrangentes
TOTAL	20.500.400	18.805.194	TOTAL

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais			
	2019	2018	
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	986.920	912.294	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 11)	1.059.486	983.107	Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social
Despesas Tributárias (Nota 16)	(63.355)	(61.578)	Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 17)	(9.211)	(9.235)	Resultado de Equivalência Patrimonial
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS E DOS TRIBUTOS	986.920	912.294	Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outros
RESULTADO FINANCEIRO	(28.843)	(82.786)	Provisão para Obrigações Legais
Receitas Financeiras (Nota 18)	542.705	546.361	Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos
Despesas Financeiras (Nota 18)	(571.548)	(629.147)	(Aumento/Redução) em Ativos Financeiros e Outros
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	958.077	829.508	Aumento/(Redução) em Obrigações
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20)	(3.303)	(4.786)	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos
LUCRO LÍQUIDO/(PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	954.774	824.722	Caixa Líquido Proveniente nas Atividades Operacionais
Resultado básico e diluído por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação) (Nota 15b)			Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:
Resultado por ação ordinária	0,29	0,39	Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos
Resultado por ação preferencial	0,31	0,42	Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais			
	2019	2018	
Lucro Líquido do Período	954.774	824.722	Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:
Outros Resultados Abrangentes	324.711	21.571	Aumento de capital
Efeitos de Empresas com Influência Significativa	327.358	22.065	Contrato de Mútuo/Liquidação de Debêntures
Ajuste de Instrumentos Financeiros	(2.647)	(494)	Pagamento de Juros/Liquidação de Debêntures
Total do Resultado Abrangente	1.279.485	846.293	Juros sobre o Capital Próprio Pagos

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais						
	Capital Social	Reservas de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Totais	
Eventos						
Saldos em 31 de dezembro de 2017	4.468.004	228.842	3.489.204	348.128	-	8.534.178
Resultado de Adoção IFRS 9	-	-	-	35.448	(149.282)	(113.834)
Saldos em 1º de janeiro de 2018	4.468.004	228.842	3.489.204	383.576	(149.282)	8.420.344
Lucro Líquido do Período	-	-	-	824.722	824.722	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexo	-	-	-	22.065	-	22.065
Ajuste de Instrumentos Financeiros	-	-	-	(494)	-	(494)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	846.293
Aumento de Capital por Subscrição	125.800	-	-	-	-	125.800
Destinações: - Reservas	-	41.236	403.204	(444.440)	-	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(231.000)	(231.000)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	4.593.804	270.078	3.892.408	405.147	-	9.161.437
Lucro Líquido do Período	-	-	-	954.774	954.774	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexo	-	-	-	327.358	-	327.358
Ajuste de Instrumentos Financeiros	-	-	-	(2.647)	-	(2.647)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	1.279.485
Aumento de Capital por Subscrição (Nota 15a)	4.320.991	-	-	-	-	4.320.991
Destinações: - Reservas	-	47.739	597.035	(644.774)	-	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(310.000)	(310.000)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	8.914.795	317.817	4.489.443	729.858	-	14.451.913

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A NCF Participações S.A. (Companhia) é uma empresa que tem por objetivo a participação no capital de outras sociedades, e a realização de aplicações em títulos e valores mobiliários. A Companhia possui registro de companhia aberta, perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), na categoria "B" desde outubro de 2016.

A Companhia controla suas obrigações de curto prazo, para as quais existem ativos que podem ser utilizados para cumprir tais obrigações, vide Nota 14.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria Executiva em 26 de março de 2020.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2019. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, valor recuperável de ativos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 7.

c) Instrumentos financeiros

(i) Classificação dos ativos financeiros

A Companhia aplica o CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) que contém uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

• **Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)**
Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas, imediatamente, no resultado.

São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI. Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.

Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e os custos de transação são registrados, diretamente, no resultado do período.

• Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo

financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

ii) Metodologia de apuração do valor de mercado

O valor de mercado dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação dos preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.

d) Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas controladas e coligadas são eliminados na medida da participação da Companhia e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. A composição dos investimentos em controladas e coligadas estão apresentados na Nota 11.

Ágio (Goodwill)

O ágio, originado no processo de aquisição de investidas, é o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma investida na data da aquisição.

e) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e se for possível estimá-los com confiabilidade, a perda por *impairment* é reconhecida no resultado do período. Nos exercícios de 2019 e de 2018, não houve perda por *impairment*.

f) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Deliberação CVM nº 594/09, sendo:

- **Provisões:** são reconhecidas quando, como resultado de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, que pode ser estimada de modo confiável, e é provável que uma saída de recursos será requerida para liquidar uma obrigação. Provisões são determinadas pela expectativa de fluxos de caixa futuros descontado a uma taxa prefixada a qual reflete a avaliação atual de mercado do valor monetário no tempo e os riscos específicos ao passivo. Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

- **Ativos Contingentes:** são não reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito seja provável, são divulgados nas notas explicativas, quando relevantes;

- **Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- **Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais:** decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

Os detalhamentos dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 12.

g) Patrimônio líquido

(i) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de ações. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 15b.

continua...

Cidade de Deus, 26 de março de 2020.

Conselho de Administração e Diretoria

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO

BANCO BRADESCO BBI SA	30
BANK OF AMERICA MERRILL LYNCH BANCO MULTIPLO S.A.	26
BRADESCARD ELO PARTICIPAÇÕES S/A	56
BRADESPAR SA	49
BRAM - BRADESCO ASSET MANAGEMENT SA DTVM	43
CIDADE DE DEUS CIA COMERCIAL DE PART.	40
CTG BRASIL NEGÓCIOS DE ENERGIA S.A.	34
MERRILL LYNCH S/A CORR. DE TIT. E VAL. MOBILIARIOS	46
NCF PARTICIPAÇÕES S.A.	37
RIO PARANA ENERGIA S.A.	58
RIO PARANAPANEMA ENERGIA S.A.	3
RIO PARANAPANEMA PARTICIPAÇÕES S.A.	14
TITANIUM HOLDINGS S.A.	54
VOTORANTIM S.A.	22

	2019	2018
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	958.077	829.508
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:		
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.059.486)	(983.107)
Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outros	67.024	134.712
Provisão para Obrigações Legais	63.347	61.574
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	28.962	42.687
(Aumento/Redução) em Ativos Financeiros e Outros	(1.913.435)	(179.122)
Aumento/(Redução) em Obrigações	7.258	7.245
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(38.213)	(9.903)
Caixa Líquido Proveniente nas Atividades Operacionais	(1.915.428)	(139.093)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos	978.990	391.580
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	978.990	391.580
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:		
Aumento de capital	2.363.395	-
Contrato de Mútuo/Liquidação de Debêntures	(1.948.235)	-
Pagamento de Juros/Liquidação de Debêntures	(6.179)	(4.977)
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(96.320)	(20.410)

NCF Participações S.A.

CNPJ 04.233.319/0001-18
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

(ii) Juros sobre o capital próprio/dividendos
A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia. O cálculo dos juros sobre o capital próprio/dividendos está demonstrado na Nota 15e.

h) Imposto de renda e contribuição social
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas, é registrada na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições".
Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base.
Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente, com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%.
A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.
Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 20.

i) Apuração do resultado
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre, e simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.

j) Outros ativos e passivos
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

k) Eventos subsequentes
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:
• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.
Os eventos subsequentes estão descritos na Nota 23.

4) ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS RELEVANTES
A apresentação das demonstrações contábeis, em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC e IASB, requer que a Administração da Companhia formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.
Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão nas estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas.
As estimativas e os pressupostos significativos utilizados pela Administração da Companhia estão assim apresentados:

Classificação e avaliação dos ativos financeiros
A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. O tratamento contábil dos títulos que possuímos depende da respectiva classificação.
Estimamos o valor justo utilizando preços cotados de mercado, quando disponíveis. Observamos que o valor pode ser afetado pelo volume de ações negociadas e pode, também, não refletir os "prêmios de controle" resultantes dos acordos de acionistas. Entretanto, a Administração acredita que os preços cotados de mercado são os melhores indicadores do valor justo. Na determinação do valor justo, quando os preços cotados de mercado não estão disponíveis, há o julgamento da Administração, já que os modelos são dependentes de nosso julgamento com relação a que peso atribuir aos diferentes fatores e à qualidade das informações que recebemos. O julgamento deve determinar, inclusive, se um decréscimo no valor justo abaixo do custo atualizado de um título mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não é temporário, de maneira a exigir que seja possível reconhecer uma desvalorização do custo atualizado e que se possa refletir a redução como despesa. Para avaliar se uma desvalorização não é temporária, a Administração decide qual período histórico deve ser considerado e quão severa uma perda pode ser reconhecida. Esses métodos de avaliação podem levar a Companhia a resultados diferentes, caso as suposições e estimativas utilizadas não se confirmarem posteriormente.

Provisões e passivos contingentes
As provisões contábeis são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

11) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial são demonstrados a seguir:

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado ajustado	Quantidade de ações possuídas (em mil)		Participação no capital social %	Total dos investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (6)	
				ON	PN		2019	2018	2019	2018
Bradesco (1) (2) (3)	75.100.000	135.539.980	21.023.023	339.512	89.989	5,33	7.219.218	6.642.703	1.099.682	874.074
Bradespar (1) (2) (4) (7)	4.100.000	9.560.855	(403.207)	30.388	2.236	9,37	896.215	948.354	(40.196)	109.033
Ágio - Bradesco (5)	-	-	-	-	-	-	2.771.912	2.771.912	-	-
Ágio - Bradespar (5)	-	-	-	-	-	-	494.205	494.205	-	-
Total							11.381.550	10.857.174	1.059.486	983.107

- (1) Em 31 de dezembro de 2019, o valor de mercado das ações ordinárias do Bradesco era de R\$ 36,17 e as ações preferenciais de R\$ 34,07, e para as ações da Bradespar, era de R\$ 38,28 e R\$ 35,37, respectivamente;
(2) A Administração possui avaliação que demonstra que a Companhia possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no Conselho de Administração e na Diretoria das investidas;
(3) As informações referentes a 31 de dezembro de 2019, foram auditadas pelos mesmos auditores independentes da NCF;
(4) As informações referentes a 31 de dezembro de 2019, foram auditadas pela PwC Auditores Independentes;
(5) O ágio está fundamentado na maior valor das ações do Bradesco e da Bradespar;
(6) Considera os resultados apurados pelas investidas, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado; e
(7) Empresa *holding* com o seu resultado oriundo, basicamente, da equivalência patrimonial de sua controlada e investimento com influência significativa (Vale S.A.), portanto, está sujeita, principalmente, ao impacto das variações advindas do seu investimento com influência significativa sobre os resultados do negócio (risco de mercado), os riscos provenientes de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia (risco de crédito), aqueles inerentes a processos internos (risco operacional), aqueles oriundos de fatores econômicos (risco de liquidez) e aqueles advindos da exploração de recursos naturais (risco ambiental).

12) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES FISCAIS

a) Ativos contingentes
Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações fiscais
A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.
Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. Os principais processos referem-se a: (i) não inclusão, na base de cálculo do PIS e da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida; e (ii) a não tributação das receitas financeiras. O valor dos tributos relacionados as obrigações legais são apurados mensalmente, depositados em conta judicial e registrado na rubrica "Depósitos Judiciais", no montante de R\$ 402.370 (2018 - R\$ 319.029).
A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.
O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.
A Companhia não possuía contingências civis e trabalhistas, classificadas como prováveis e possíveis, que deveriam ser provisionadas ou divulgadas, respectivamente, em 31 de dezembro de 2019 e 2018.
As provisões referentes as ações judiciais da Companhia são consideradas de longo prazo, devido a imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não divulgamos a estimativa quanto ao cronograma de saída de benefícios econômicos.

I - Movimentação das provisões

	Em 31 de dezembro	
	2019	2018
No início do período	345.837	268.872
Atualizações monetárias	18.241	15.391
Constituição	63.347	61.574
No final do período	427.425	345.837

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis
A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 2019 e 2018, não há processos contingentes avaliados com risco de perda possível.

13) OUTRAS OBRIGAÇÕES

Em 2018 referem-se, basicamente, a adiantamento para futuro aumento de capital e contratos de mútuos. O adiantamento para futuro aumento de capital, acrescido da variação da taxa SELIC, correspondia a R\$ 1.467.795 e o total dos contratos de mútuos, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, correspondia a R\$ 2.001.205, que foram liquidados, conforme deliberações em assembleia geral extraordinária e reunião extraordinária realizadas em outubro e novembro de 2019.

14) PASSIVOS FINANCEIROS - DEBÊNTURES

Em outubro de 2016, foi encerrada a oferta pública de distribuição da terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, da Companhia, com estornos restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, por meio da qual foram emitidas 560.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 10.000, perfazendo o montante de R\$ 5.600.000, e vencimento em dezembro de 2020.
As debêntures possuem garantias reais, as quais poderão ser utilizadas até o limite de seu valor nos termos dos respectivos Contratos de Garantia, conforme segue: (i) alienação fiduciária da totalidade das ações ordinárias de emissão do Bradesco e de titularidade da Companhia e (ii) cessão fiduciária de 10.000 letras financeiras de titularidade da Companhia, com o valor unitário de R\$ 500.000,00 totalizando o valor de R\$ 5.000.000. A Companhia cumpriu com todos os requisitos contratuais *covenants* em 31 de dezembro de 2019 e 2018.
As debêntures farão jus a remuneração equivalente a variação acumulada da taxa média dos DI - Depósitos Interbancários de um dia, acrescida de um adicional, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, base 252 dias úteis, calculados *pro rata temporis*, desde a data de emissão até o final do período de capitalização, no montante de R\$ 5.604.288 (2018 - R\$ 5.606.179), sendo o custo de emissão de R\$ 8.152 (2018 - R\$ 15.401), resultando em um valor líquido de R\$ 5.596.136 (2018 - R\$ 5.590.778).

15) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2019	2018
Ordinárias	1.685.707.352	1.171.325.126
Preferenciais (1)	1.502.370.308	1.043.932.143
Total	3.188.077.660	2.215.257.269

(1) As ações preferenciais não terão direito a voto, mas conferem a seus titulares as seguintes preferências e vantagens: (i) prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da Sociedade; e (ii) dividendos de 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de março de 2018, deliberou-se aumentar o capital social em R\$ 125.800, elevando-o de R\$ 4.468.004 para R\$ 4.593.804. A proporção de 1,474969724% foi ajustada sobre a posição acionária que cada acionista possuía em 8 de março de 2018, data-base de direito à subscrição, que ocorreu mediante a emissão de 32.199.442 novas ações, nominativas escriturais, sem valor nominal, sendo 17.025.569 ordinárias e 15.173.873 preferenciais, ao preço de R\$ 3,91 por ação, com integralização à vista, no ato da subscrição.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de março de 2019, deliberou-se aumentar o capital social em R\$ 187.000, elevando-o de R\$ 4.593.804 para R\$ 4.780.804. A proporção de 2,051736005% foi ajustada sobre a posição acionária que cada acionista possuía em 8 de março de 2019, data-base de direito à subscrição, que ocorreu mediante a emissão de 45.451.231 novas ações, nominativas escriturais, sem valor nominal, sendo 24.032.499 ordinárias e 21.418.732 preferenciais, ao preço de R\$ 4,11 por ação, com integralização à vista, no ato da subscrição.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 01 de novembro de 2019, deliberou-se aumentar o capital social em R\$ 3.906.991, elevando-o de R\$ 4.780.804 para R\$ 8.687.795. A proporção de 38,812814965% foi ajustada sobre a posição acionária que cada acionista possuía em 01 de novembro de 2019, data-base de direito à subscrição, que ocorreu mediante a emissão de 877.444.607 novas ações,

Monitoramos continuamente os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas: (i) sua natureza e complexidade; (ii) o desenvolvimento dos processos; (iii) a opinião dos nossos consultores jurídicos; e (iv) a nossa experiência com processos similares. Ao determinar se uma perda é provável e ao estimar seu valor, nós também consideramos:
• a probabilidade de perda decorrente de processos que ocorreram antes ou na data das demonstrações contábeis, mas que foram identificadas por nós após a data destas demonstrações, porém antes de sua divulgação;
• a necessidade de divulgar os processos ou eventos que ocorrerem após a data das demonstrações contábeis, porém antes de sua divulgação.

5) PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

- a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2019:**
• A IFRS 16, emitida em janeiro de 2016 em substituição às normas IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil, IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil, estabeleceu que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo, similar à contabilização de arrendamentos financeiros do IAS 17. A IFRS 16 é mandatória para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2019. A Companhia não identificou contratos de arrendamento em suas operações.
• IFRIC 23 - Aplica-se a qualquer situação em que haja incerteza sobre se um tratamento de tributos sobre o lucro é aceitável pela Autoridade Fiscal, de acordo com a legislação tributária. Neste sentido, Autoridade Fiscal é considerada a decisão final dos tribunais superiores sobre a matéria. O escopo da interpretação inclui todos os impostos abrangidos pela IAS 12, ou seja, tanto o imposto corrente como o imposto diferido. No entanto, não se aplica à incerteza relativa a tributos abrangidos por outras normas. A IFRIC 23 tornou-se operacional para períodos financeiros com início em ou após 1º de janeiro de 2019. Efetuou-se um estudo sobre os efeitos produzidos pela referida norma e concluiu-se que não houve impactos materiais na Companhia.
b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:
• *Conceptual Framework* (Estrutura Conceitual) - Ocorreram algumas alterações em definições contidas neste documento, com destaque para a definição de ativos e passivos. A revisão do *Conceptual Framework* entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020 e não foram identificados impactos relevantes para as Demonstrações Contábeis da Companhia.
• IFRS 17 - Contratos de Seguros. Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. O modelo geral do IFRS 17 requer que as seguradoras e resseguradoras mensurem seus contratos de seguro, no momento inicial, pelo valor total estimado de fluxo de caixa, ajustado pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco explícito relacionado com o risco não financeiro, além da margem contratual do serviço. Esse valor estimado é então remensurado a cada data-base. O lucro não realizado (correspondente à margem contratual do serviço) é reconhecido ao longo do prazo da cobertura contratada. A parte desse modelo geral, o IFRS 17 prevê, como forma de simplificar o processo, a abordagem de alocação do prêmio. Esse modelo simplificado é aplicável para certos contratos de seguro, incluindo aqueles com cobertura de até um ano. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. A IFRS 17 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022. A Companhia está em processo de avaliação da nova norma ainda na fase de diagnóstico.

6) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia não apresenta riscos significativos em suas operações próprias, exceto os riscos relacionados aos investimentos diretos/indiretos, do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") e da Bradespar S.A. ("Bradespar"), os quais têm seu gerenciamento de risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez realizado pela Organização Bradesco ("Organização"), de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

7) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2019	2018
Depósito bancário	5	6
Fundos de investimentos financeiros (1)	4.504	629.300
Total	4.509	629.306

(1) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, destinados a integrantes da Organização ou a ela ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Bradesco.

8) ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

Referem-se a aplicações em Certificado de Depósito Bancário - CDB, emitidos pelo Bradesco, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, no montante de R\$ 503.271 (2018 - R\$ 236.330), sendo seu valor de mercado igual ao contábil, com vencimento em dezembro de 2021.

9) ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Referem-se a aplicações em letras financeiras, emitidas pelo Bradesco: (i) acrescidas da variação da taxa referencial SELIC, com vencimento acima de cinco anos e classificadas no Nível 2, o custo atualizado e o valor de mercado correspondiam ao montante de R\$ 5.005.343 (2018 - R\$ 5.006.158); e (ii) aplicação acrescidas da variação do Depósito Interbancário - DI, no montante de R\$ 2.164.045 (2018 - R\$ 530.338), sendo o valor de custo atualizado R\$ 2.169.835 (2018 - R\$ 531.577), e uma marcação a mercado de R\$ (5.790) (2018 - R\$ 1.239)), com vencimento a partir de dezembro de 2020.

10) VALORES A RECEBER

Referem-se a contratos de mútuos, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, com vencimento em março de 2024, o saldo atualizado correspondia a R\$ 274.432 (2018 - R\$ 259.040).

	Em 31 de dezembro	
	2019	2018
Ordinárias	954.774	824.722
Preferenciais	0,29	0,36
Total	955,068	825,088

nominais escriturais, sem valor nominal, sendo 463.951.943 ordinárias e 413.492.664 preferenciais, ao preço de R\$ 4,45 por ação, com integralização à vista, sendo um total de R\$ 1.543.596 integralizados com a utilização de crédito de sua titularidade, oriundo de AFAC - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital e R\$ 2.363.395 integralizados no ato, em moeda corrente nacional. Em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de dezembro de 2019, deliberou-se aumentar o capital social em R\$ 227.000, elevando-o de R\$ 8.867.795 para R\$ 8.914.795. A proporção de 1,590889651% foi ajustada sobre a posição acionária que cada acionista possuía em 30 de dezembro de 2019, data-base de direito à subscrição, que ocorreu mediante a emissão de 49.924.553 novas ações, nominativas escriturais, sem valor nominal, sendo 26.397.784 ordinárias e 23.526.769 preferenciais, ao preço de R\$ 4,55 por ação, com integralização à vista, no ato da subscrição.

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, tendo como base a quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação, não havendo fatores de diluição do lucro, cujos cálculos estão demonstrados a seguir:

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2019	2018
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	954.774	824.722
Ordinárias	0,29	0,36
Preferenciais	0,31	0,39

c) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

d) Reservas de lucros

- (i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social;
(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado; e
(iii) Em observância ao que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassar o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

e) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.
O cálculo dos juros sobre o capital próprio, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil		% (1)	
	2019	2018	2019	2018
Lucro líquido do exercício	954.774	824.722	95,47	82,47
Reserva legal	(47.739)	-	(4,97)	-
Base de cálculo ajustada	907.035	824.722	95,00	82,47
Juros sobre o capital próprio (bruto) (2)	310.000	310.000	34,18	37,71
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio - 15% (3)	(17.580)	-	(1,94)	-
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2019	292.420	310.000	32,24	37,71
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2018	217.900	310.000	23,91	37,71

- (1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo;
(2) JCP deliberado em 19 de dezembro de 2019 e pago em 30 de dezembro de 2019; e
(3) Não contempla o Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), referente aos juros sobre o capital próprio dos acionistas isentos.

16) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2019	2018
Cofins	52.988	51.543
PIS	10.358	10.031
Outros	9	4
Total	63.355	61.578

17) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2019	2018
Serviços de terceiros (1)	9.059	9.099
Editais e publicações	152	136
Total	9.211	9.235

(1) Referem-se, basicamente, a despesas de comissões com debêntures.

18) RESULTADO FINANCEIRO

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2019	2018
Receitas financeiras	414.039	435.909
Receita de aplicações em letras financeiras	65.137	51.978
Receitas sobre aplicações financeiras	15.391	15.635
Variação monetária de contrato de mútuo a receber	48.138	42.839
Outros	542.705	546.361
Despesas financeiras	(374.596)	(404.302)
Despesas com juros de debêntures	(102.909)	(120.785)
Variação monetária de contrato de mútuo a pagar	(75.801)	(86.661)
Variação monetária do adiantamento para futuro aumento de capital	(18.242)	(15.399)
Outros	(571.548)</	

NCF Participações S.A.

CNPJ 04.233.319/0001-18
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

19) PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações.

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro					
	Controlador (1)		Influência significativa (2)		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Ativos						
Caixa/Disponibilidades	-	-	5	6	5	6
Aplicações financeiras	-	-	7.672.659	5.772.826	7.672.659	5.772.826
Valores a receber	274.432	259.040	-	-	274.432	259.040
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	-	-	52.244	231.942	52.244	231.942
Passivos						
Juros sobre capital próprio a pagar	-	217.900	-	-	-	217.900
Outros passivos (Nota 13)	-	3.469.000	-	-	-	3.469.000
	Controlador (1)		Influência significativa (2)		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Recelitas/(Despesas) com juros	(163.319)	(193.811)	-	-	(163.319)	(193.811)
Recelitas/(Despesas) de juros sobre capital próprio	(310.000)	(231.000)	421.178	398.747	111.178	167.747
Recelitas de aplicação	-	-	449.737	450.204	449.737	450.204

(1) Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações (Cidade de Deus), Nova Cidade de Deus Participações S.A. (Nova Cidade de Deus) e Fundação Bradesco (Fundação); e
(2) Bradesco e Bradespar.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os Administradores não recebem qualquer remuneração pelos cargos que ocupam nos órgãos da Companhia.

20) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2019	2018
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	958.077	829.508
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(325.746)	(282.032)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em investimentos com influência significativa, tributadas nas empresas correspondentes	360.225	334.256
Juros sobre o capital próprio recebidos e a receber	(143.200)	(135.574)
Juros sobre o capital próprio pagos e/ou a pagar	105.400	78.540
Outros valores	18	24
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(3.303)	(4.786)

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2019	2018
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(23.583)	(23.230)
Impostos diferidos:		
Constituição/(realização), no exercício, sobre adições temporárias	27.739	26.168
Utilização de saldo inicial de:		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	(7.459)	(7.724)
Total dos ativos fiscais diferidos	20.280	18.444
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(3.303)	(4.786)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2018	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2019
Provisão para contingência fiscal	116.138	27.739	-	143.877
Outras	42	42	(42)	42
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	116.180	27.781	(42)	143.919

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA	
Presidente	Membros	Diretor-Presidente	Diretor Vice-Presidente
Luitz Carlos Trabuco Cappi	Milton Matsumoto	Octávio de Lazzari Junior	Marcelo de Araújo Noronha
Vice-Presidente	Alexandre da Silva Güther	Josué Augusto Pancini	André Rodrigues Cano
Carlos Alberto Rodrigues Guilherme	Maurício Machado Minas		Cassiano Ricardo Scarpelli
			Eurico Ramos Fabri

Oswaldo Tadeu Fernandes
Contador - CRC 1SP271968/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da

NCF Participações S.A.

Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da NCF Participações S.A. ("NCF"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da NCF Participações S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à NCF, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Investimentos em Participações Societárias mensuradas pelo método da equivalência patrimonial

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3d e 11, a NCF detém participação societária de 5,33% no Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") e de 9,37% na Bradespar S.A. ("Bradespar"), as quais são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e controladas por meio de uma estrutura de Governança Corporativa e controles internos definidos pela Administração. Adicionalmente, conforme indicado abaixo, essas investidas possuem os seguintes principais assuntos de auditoria reportados nos respectivos relatórios de auditoria às demonstrações contábeis:

Investimento no Bradesco:

O Bradesco possui estimativas contábeis críticas relevantes e alta dependência da infraestrutura de tecnologia da informação para continuidade de seus negócios, que podem afetar o resultado da NCF, via equivalência patrimonial, de forma relevante, como segue:

- As estimativas de perdas esperadas (*impairment*) de empréstimos e adiantamentos, compromissos de empréstimos, garantias financeiras, ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e títulos e valores mobiliários ao custo amortizado (em conjunto "operações sujeitas ao risco de crédito") exigem a utilização de julgamentos e premissas por parte do Bradesco, que incluem análises tanto dos fatores externos, tais como condições econômicas gerais e projeções, quanto dos fatores internos, tais como histórico de pagamentos e renegociações, avaliações de risco das contrapartes e garantias;
- A mensuração de instrumentos financeiros cuja mensuração de valor justo não utiliza diretamente preços cotados (níveis 2 e 3 na hierarquia de valor justo) estão sujeitos a um nível maior de subjetividade, na medida em que o Bradesco tem de efetuar julgamentos significativos para estimar esses valores;
- Provisões e passivos contingentes em que o Bradesco é parte passiva em processos judiciais de natureza fiscal, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades, com respectiva provisão. Algumas leis, regulamentos e discussões judiciais no Brasil tem grau de complexidade elevado, e portanto, a mensuração, reconhecimento e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes, relativos a processos, e/ou, em certos casos, aderência à leis e regulamentos requer julgamento profissional do Bradesco;
- Ativos relativos a Créditos Tributários, cuja realização está fundamentada em estimativas de rentabilidade futura baseadas nos planos de negócio e orçamento preparados pelo Bradesco e que estão suportados por premissas econômicas e de negócios que requerem julgamentos inerentes à determinação dessas estimativas e ao potencial impacto que eventuais mudanças nas premissas poderiam causar na expectativa de realização dos créditos tributários;
- Valor recuperável dos ativos relativos a ações na aquisição de investimentos e intangíveis de vida útil indefinida cuja realização está fundamentada em projeções de resultados futuros baseados nos planos de negócio e orçamento preparados pelo Bradesco em relação as Unidades Geradoras de Caixa "UGC" e que estão suportados por premissas econômicas e de negócios que envolvem julgamento inerente à determinação dessas estimativas e ao potencial impacto de eventuais mudanças nas premissas;
- Provisões técnicas de seguros e previdência bem como o teste de adequação de passivos, requerem julgamento do Bradesco na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outras, experiência histórica de sinistros, longevidade, persistência, taxas de juros e custos; e
- Elevada dependência do Bradesco de seus sistemas de tecnologia, do alto volume de transações processadas diariamente, e da importância dos controles de acesso e de gerenciamento de mudanças nos seus sistemas e aplicativos para mitigar o risco potencial de fraude ou erro decorrentes de acesso indevido ou mudança em um sistema ou informação, e para garantir a integridade das informações financeiras e dos registros contábeis.

Investimento na Bradespar:

A Bradespar e sua investida possuem estimativas contábeis críticas relevantes que envolvem um alto nível de julgamento da Bradespar e de sua investida que podem afetar o resultado da NCF, via equivalência patrimonial de forma relevante, como segue:

- A mensuração, o reconhecimento e a divulgação de provisões e passivos contingentes (cíveis e fiscais) que envolvem julgamento significativo na determinação quanto à conclusão dos processos judiciais.
- Investimento na Vale S.A. ("Vale"), que por sua vez possui estimativas contábeis críticas relevantes, envolvendo alto nível de julgamento na sua avaliação, como descrito a seguir:
 - Rompimento da Barragem I da mina de Córrego do Feijão ("Barragem de Brumadinho") em que houve gases e registros de provisões, que envolveram julgamentos críticos nas premissas e das bases utilizadas e que contou com suporte de consultores externos especializados, relacionados: (i) às medidas de suporte e reparação dos atingidos e recuperação das áreas afetadas; e (ii) descharacterização de todas as barragens de rejeitos construídas pelo mesmo método da Barragem de Brumadinho (método de atalheamento a montante);
 - Avaliação do valor recuperável dos investimentos, ativos imobilizados, ativos intangíveis e dos ativos fundamentados em rentabilidade futura, que a Vale determina estimativas dos fluxos de caixa futuro para cada Unidade Geradora de Caixa "UGC", considerando diferentes fatores e premissas internas e externas que requerem julgamentos críticos; e
 - Provisão para contingências tributárias que possuem assuntos relevantes em discussão em várias esferas processuais e requerem julgamentos da Vale quanto ao prazo, prognóstico e perda e valor de liquidação.

Devido à relevância dessas investidas, à mensuração dessas estimativas contábeis que envolvem julgamento significativo das investidas e ao impacto que eventuais mudanças nas premissas das estimativas efetuadas em suas demonstrações contábeis poderia ter nas demonstrações contábeis da NCF, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou este assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram o planejamento e comunicação do escopo de nossos trabalhos para as investidas, discussão do risco de distorção relevante e envio das instruções aos auditores das investidas. Realizamos reuniões com os respectivos auditores responsáveis pelas investidas e efetuamos a avaliação do trabalho realizado que considero, entre outros aspectos, os

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2018	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2019
Prejuízo fiscal/base negativa da contribuição social	25.706	-	(7.459)	18.247
Subtotal dos créditos tributários	141.886	27.781	(7.501)	162.166
Ajuste a valor de mercado de outros resultados abrangentes	64	1.904	-	1.968
Total dos créditos tributários	141.950	29.685	(7.501)	164.134
Obrigações fiscais diferidas	18.593	6.203	-	24.796
Total dos créditos tributários, líquido das obrigações fiscais diferidas	123.357	23.482	(7.501)	139.338

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2020	30	11	7.339	2.642	10.022
2021	-	-	6.078	2.188	8.266
2024	105.793	38.085	-	-	143.878
Total	105.823	38.096	13.417	4.830	162.166

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta R\$ 148.077 mil (2018 - R\$ 133.545 mil).

e) Obrigações fiscais diferidas

As obrigações fiscais diferidas no montante de R\$ 24.796 mil (2018 - R\$ 18.593 mil) são relativas à atualização monetária sobre depósitos judiciais.

f) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no montante de R\$ 548.441 (2018 - R\$ 593.927) referem-se a imposto de renda de exercícios anteriores.

g) Impostos e contribuições a recolher

Impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 1 (2018 - R\$ 1.528), referem-se a impostos retidos na fonte de terceiros.

21) ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Em cumprimento à Instrução CVM nº 475/08, apresentamos a seguir a sensibilidade das posições sujeitas às oscilações de preços ou taxas de mercado:

Fatores de riscos	Definição	Em 31 de dezembro					
		2019			2018		
		1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(69)	(7.348)	(14.594)	(33)	(5.310)	(10.509)
Total		(69)	(7.348)	(14.594)	(33)	(5.310)	(10.509)

As posições sujeitas às oscilações demonstradas acima, referem-se a: (i) fundos de investimentos financeiros, no montante de R\$ 4.504 (2018 - R\$ 629.300); (ii) ativos financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado, no montante de R\$ 503.271 (2018 - R\$ 236.330); (iii) ativos financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes, no montante de R\$ 7.169.388 (2018 - R\$ 5.536.496); e (iv) passivos financeiros - debêntures, no montante de R\$ 5.596.136 (2018 - R\$ 5.590.778). A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições.

Cenário 1: Foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros. Por exemplo: para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 4,56% foi aplicado um cenário de 4,57% a.a.;

Cenário 2: Foram determinados choques de 25% com base no mercado. Por exemplo: para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 4,56% foi utilizado um cenário de 5,70% a.a.; e

Cenário 3: Foram determinados choques de 50% com base no mercado. Por exemplo: para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 4,56% foi utilizado um cenário de 6,84% a.a.

22) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

23) EVENTOS SUBSEQUENTES

Conforme orientação da CVM - Comissão de Valores Mobiliários, de 10 de março de 2020, por meio do Ofício Circular SMC/SEP/nº 02/2020, bem como em atendimento ao CPC 24 - Eventos Subsequentes, a Administração da Companhia informa que não foi possível, até a data de aprovação desta demonstração contábil, mensurar ou antecipar os eventuais impactos econômico financeiro futuros decorrentes da pandemia do Covid-19, que requereu ajuste sobre as demonstrações contábeis, uma vez que a Companhia é uma *holding* e suas operações são afetadas, principalmente, pelo impacto de seus investimentos em empresas coligadas e/ou controladas. A Companhia seguirá monitorando tais impactos.

Sumário

Caderno Empresarial 2

BALANÇO

BANCO BRADESCO BBI SA	30
BANK OF AMERICA MERRILL LYNCH BANCO MULTIPLO S.A.	26
BRADESCARD ELO PARTICIPAÇÕES S/A	56
BRADESPAR SA	49
BRAM - BRADESCO ASSET MANAGEMENT SA DTVM	43
CIDADE DE DEUS CIA COMERCIAL DE PART.	40
CTG BRASIL NEGÓCIOS DE ENERGIA S.A.	34
MERRILL LYNCH S/A CORR. DE TIT. E VAL. MOBILIARIOS	46
NCF PARTICIPACOES S.A.	37
RIO PARANA ENERGIA S.A.	58
RIO PARANAPANEMA ENERGIA S.A.	3
RIO PARANAPANEMA PARTICIPAÇÕES S.A.	14
TITANIUM HOLDINGS S.A.	54
VOTORANTIM S.A.	22

Osasco, 26 de março de 2020.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-028567/F

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2



Diário Oficial Empresarial 2

Estado de São Paulo

Volume 130 • Número 59
São Paulo, sexta-feira, 27 de março de 2020

Página 39

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



NCF Participações S.A.

CNPJ 04.233.319/0001-18
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da NCF Participações S.A. (Companhia), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

A Companhia foi constituída em 2000, como sociedade por ações de capital fechado privada, voltada à realização de aplicações em títulos e valores mobiliários e participação nas sociedades da Organização Bradesco (Organização), contando com Conselho de Administração e Diretoria como órgãos da administração.

Como uma das *holdings* da Organização, detém participação acionária nos capitais do Banco Bradesco S.A. (Bradesco ou Banco) e da Bradespar S.A. (Bradespar). Em 31 de dezembro de 2019, a participação acionária no capital total do Bradesco era de 5,33%, enquanto que na Bradespar era de 9,37%.

Possui também registro de companhia aberta, perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), na Categoria "B", desde outubro de 2016.

Resultado do período

O resultado operacional dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é composto, basicamente, por equivalência patrimonial e juros sobre o capital próprio (JCP), gerados pela participação no capital do Bradesco e da Bradespar bem como o resultado financeiro, referentes a aplicações financeiras e os juros sobre debêntures, conforme ilustrado abaixo:

	R\$ mil	
	2019	2018
RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	986.920	912.294
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.059.486	983.107
Despesas Tributárias	(63.355)	(61.578)
Despesas Gerais e Administrativas	(9.211)	(9.235)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS E DOS TRIBUTOS	986.920	912.294
RESULTADO FINANCEIRO	(28.843)	(82.786)
Receitas Financeiras	542.705	546.361
Despesas Financeiras	(571.548)	(629.147)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	958.077	829.508
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(3.303)	(4.786)
RESULTADO DO PERÍODO	954.774	824.722

O principal motivo para o crescimento do lucro no exercício foi o aumento do resultado de equivalência patrimonial reconhecido pela Companhia, referente aos investimentos no Bradesco e na Bradespar, no montante de R\$ 1,1 bilhão e R\$ (40,1) milhões, respectivamente, sendo que, em comparação com o ano anterior, tais valores foram de R\$ 874,1 milhões e R\$ 109,0 milhões.

Negócios sociais e fatos administrativos relevantes

Em 2019, ocorreram os seguintes fatos relevantes: (i) recebimento de dividendos/JCP, destinados pelo Bradesco, no valor líquido de R\$ 947 milhões; (ii) recebimento de dividendos/JCP, no valor de R\$ 32 milhões destinados pela Bradespar; e (iii) aumento de capital social, no valor de R\$ 4,3 bilhões.

Comentários sobre as investidas

BRADESCO

Fundado em 1943, o Bradesco é um dos maiores grupos financeiros do Brasil, presente em todas as regiões do território nacional e em pontos estratégicos no exterior. Em constante evolução para acompanhar e superar os desafios da economia e inovações tecnológicas, busca, permanentemente,

a excelência em atendimento, produtos, serviços e melhor rentabilidade aos seus acionistas e investidores, sempre promovendo a inclusão bancária e comprometidos com o crescimento socioeconômico do País.

No contexto de mercado de capitais, as ações do capital social do Bradesco são listadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob os códigos BBDC3 (ordinárias) e BBDC4 (preferenciais). Seus títulos, também, são negociados na Bolsa de Valores de Nova York, por meio do programa de *American Depositary Receipts* (Level I (ADRs)), lastreadas em ações preferenciais, e ADRs Nivel II, em ações ordinárias, bem como no mercado europeu na Bolsa de Valores de Madri (*Latibex*), por meio do *Global Depositary Receipts* (GDRs).

Apoiado em valores éticos, respeito e transparência, pretende aprofundar o relacionamento e gerar valor a longo prazo, inclusive com clientes não correntistas, combinando atividades bancárias e de seguros em uma estrutura de atendimento segmentada, capaz de oferecer um portfólio completo de produtos e serviços alinhados às necessidades de cada cliente.

O foco estratégico é marcado pela presença e inovação, unindo a segurança do tradicional à agilidade das novas tecnologias, a partir de alguns pilares fundamentais: escala e diversificação; canais de atendimento; pessoas; cultura empreendedora; digital; gestão de riscos; e sustentabilidade nos negócios.

Na Organização, dentre os acontecimentos que marcaram o exercício, ressalta-se a incorporação, pelo Bradesco, do Banco Bradesco Cartões S.A., subsidiária integral da Sociedade. A operação visou a reorganização societária com o objetivo de obter maior sinergia e eficiência operacional, consolidar a estratégia de negócio de operar o portfólio dos cartões/correntistas em uma única entidade legal e simplificar a comunicação com os correntistas e com o mercado.

O Bradesco registrou no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, lucro líquido ajustado de R\$ 210,0 bilhões, sendo destinados aos acionistas, relativo ao período, a título de JCP/Dividendos, o montante de R\$ 7,9 bilhões. O patrimônio líquido ajustado somou R\$ 135,5 bilhões.

BRADESPAR

A Bradespar é uma companhia aberta de investimentos, que busca criar valor para seus acionistas por meio de participações relevantes em empresas líderes em seus setores de atuação e que apresentem taxas de retorno consistentes e de longo prazo. Desta forma, detém participação direta na Vale S.A. (VALE).

No contexto de mercado de capitais, as ações do capital social da Bradespar são listadas na B3 sob os códigos BRAP3 (ordinárias) e BRAP4 (preferenciais). Seus títulos, também, são negociados no *Latibex* por meio do programa de GDRs.

A Bradespar registrou no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, prejuízo de R\$ (403,2) milhões, que foi impactado pelo resultado apresentado pela VALE.

Serviços prestados pelos auditores independentes

Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 381/03, a Companhia informa que, no período encerrado em 31 de dezembro de 2019, não contratou e nem teve serviços prestados pelo auditor independente - KPMG Auditores Independentes - não relacionados à auditoria externa.

A Companhia adota, como política na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, a postura de atender às regulamentações que preservam a independência do auditor externo, mantendo consistência inclusive com os princípios internacionais, em atendimento aos procedimentos estabelecidos pela Companhia, os quais incluem, dentre outros, os seguintes tópicos: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Adicionalmente, em caso de contratação de outros serviços, o escopo e os procedimentos dos referidos serviços são discutidos com os auditores independentes, para que não afetem as regras de independência estabelecidas.

Cidade de Deus, 26 de março de 2020.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Milhares de Reais

	2019	2018
ATIVO		
CIRCULANTE	617.916	1.573.539
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 7)	4.509	629.306
Ativos Financeiros ao Valor Justo Por Meio do Resultado (Nota 8)	503.271	236.300
Ativos Financeiros ao Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes (Nota 9)	57.831	475.961
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos a Receber (Nota 19a)	52.244	231.942
Despesas Antecipadas	61	-
NÃO CIRCULANTE	19.882.484	17.231.655
Realizável a Longo Prazo	8.500.934	6.374.481
Ativos Financeiros ao Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes (Nota 9)	7.111.557	5.060.535
Valores a Receber (Nota 10)	274.432	259.040
Depósitos Judiciais (Nota 12)	402.370	319.029
Créditos Tributários (Nota 20c)	164.134	141.950
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 20f)	548.441	593.927
INVESTIMENTO (Nota 11)	11.381.550	10.857.174
TOTAL	20.500.400	18.805.194

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais

	2019	2018
ATIVO		
CIRCULANTE	5.596.266	1.687.344
Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 20g)	1	1.528
Juros sobre o Capital Próprio a Pagar (Nota 15e)	-	217.900
Outras Obrigações (Nota 13)	129	1.467.916
Passivos Financeiros (Nota 14)	5.596.136	-
NÃO CIRCULANTE	452.221	7.956.413
Provisão para Impostos e Contribuições	24.796	18.593
Provisão para Contingências (Nota 12)	427.425	345.837
Passivos Financeiros (Nota 14)	-	5.590.778
Outras Obrigações (Nota 13)	-	2.001.205
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14.451.913	9.161.437
Capital Social (Nota 15a)	8.914.795	4.593.804
Reservas de Lucros	4.807.260	4.162.486
Outros Resultados Abrangentes	729.858	405.147
TOTAL	20.500.400	18.805.194

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais

	2019	2018
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	986.920	912.294
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 11)	1.059.486	983.107
Despesas Tributárias (Nota 16)	(63.355)	(61.578)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 17)	(9.211)	(9.235)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS E DOS TRIBUTOS	986.920	912.294
RESULTADO FINANCEIRO	(28.843)	(82.786)
Receitas Financeiras (Nota 18)	542.705	546.361
Despesas Financeiras (Nota 18)	(571.548)	(629.147)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	958.077	829.508
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20)	(3.303)	(4.786)
LUCRO LÍQUIDO/(PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	954.774	824.722
Resultado básico e diluído por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação) (Nota 15b)		
Resultado por ação ordinária	0,29	0,39
Resultado por ação preferencial	0,31	0,42

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais

	2019	2018
Lucro Líquido do Período	954.774	824.722
Outros Resultados Abrangentes	324.711	21.571
Reflexos de Empresas com Influência Significativa	327.358	22.065
Ajuste de Instrumentos Financeiros	(2.647)	(494)
Total do Resultado Abrangente	1.279.485	846.293

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais

Eventos	Capital Social		Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Totais
	Social	Legal	Estatutária				
Saldos em 31 de dezembro de 2017	4.468.004	228.842	3.489.204	348.128	-	8.534.178	
Resultado de Adoção IFRS 9	-	-	-	35.448	(149.282)	(113.834)	
Saldos em 1º de janeiro de 2018	4.468.004	228.842	3.489.204	383.576	(149.282)	8.420.344	
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	824.722	824.722	
Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexo	-	-	-	22.065	-	22.065	
Ajuste de Instrumentos Financeiros	-	-	-	(494)	-	(494)	
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	846.293	
Aumento de Capital por Subscrição	125.800	-	-	-	-	125.800	
Destinações: - Reservas	-	41.236	403.204	-	(444.440)	-	
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(231.000)	(231.000)	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	4.593.804	270.078	3.892.408	405.147	-	9.161.437	
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	954.774	954.774	
Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexo	-	-	-	327.358	-	327.358	
Ajuste de Instrumentos Financeiros	-	-	-	(2.647)	-	(2.647)	
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	1.279.485	
Aumento de Capital por Subscrição (Nota 15a)	4.320.991	-	-	-	-	4.320.991	
Destinações: - Reservas	-	47.739	597.035	-	(644.774)	-	
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(310.000)	(310.000)	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	8.914.795	317.817	4.489.443	729.858	-	14.451.913	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A NCF Participações S.A. (Companhia) é uma empresa que tem por objetivo a participação no capital de outras sociedades, e a realização de aplicações em títulos e valores mobiliários. A Companhia possui registro de companhia aberta, perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), na categoria "B" desde outubro de 2016.

A Companhia controla suas obrigações de curto prazo, para as quais existem ativos que podem ser utilizados para cumprir tais obrigações, vide Nota 14.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria Executiva em 26 de março de 2020.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2019. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, valor recuperável de ativos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 7.

c) Instrumentos financeiros

(i) Classificação dos ativos financeiros

A Companhia aplica o CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) que contém uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

• Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas, imediatamente, no resultado.

São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI. Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.

Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e os custos de transação são registrados, diretamente, no resultado do período.

• Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

São reconhecidos inicialmente ao valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

ii) Metodologia de apuração do valor de mercado

O valor de mercado dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação dos preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.

d) Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas controladas e coligadas são eliminadas na medida da participação da Companhia e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. A composição dos investimentos em controladas e coligadas estão apresentadas na Nota 11.

g) Ágio (Goodwill)

O ágio originado no processo de aquisição de investidas, é o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma investida na data da aquisição.

e) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e se for possível estimá-los com confiabilidade, a perda por *impairment* é reconhecida no resultado do período. Nos exercícios de 2019 e de 2018, não houve perda por *impairment*.

f) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Deliberação CVM nº 594/09, sendo:

• Provisões: são reconhecidas quando, como resultado de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, que pode ser estimada de modo confiável, e é provável que uma saída de recursos será requerida para liquidar uma obrigação. Provisões são determinadas pela expectativa de fluxos de caixa futuros descontado a uma taxa prefixada a qual reflete a avaliação atual de mercado do valor monetário no tempo e os riscos específicos ao passivo.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

• Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito seja provável, são divulgados nas notas explicativas, quando relevantes;

• Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

• Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais,

NCF Participações S.A.

CNPJ 04.233.319/0001-18
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:

- **Conceptual Framework** (Estrutura Conceitual) - Ocorreram algumas alterações em definições contidas neste documento, com destaque para a definição de ativos e passivos. A revisão do **Conceptual Framework** entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020 e não foram identificados impactos relevantes para as Demonstrações Contábeis da Companhia.
- IFRS 17 - Contratos de Seguros. Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. O modelo geral do IFRS 17 requer que as seguradoras e resseguradoras mensurem seus contratos de seguro, no momento inicial, pelo valor total estimado de fluxo de caixa, ajustado pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco explícito relacionado com o risco não financeiro, além da margem contratual do serviço. Esse valor ajustado é então remensurado a cada data-base. O lucro não realizado (correspondente à margem contratual do serviço) é reconhecido ao longo do prazo da cobertura contratada. A parte desse modelo geral, o IFRS 17 prevê, como forma de simplificar o processo, a abordagem de alocação do prêmio. Esse modelo simplificado é aplicável para certos contratos de seguro, incluindo aqueles com cobertura de até um ano. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. A IFRS 17 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022. A Companhia está em processo de avaliação da nova norma ainda na fase de diagnóstico.

6) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia não apresenta riscos significativos em suas operações próprias, exceto os riscos relacionados aos investimentos diretos/indiretos, do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") e da Bradespar S.A. ("Bradespar"), os quais têm seu gerenciamento do risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez registrado na rubrica "Depósitos judiciais", no montante de R\$ 402.370 (2018 - R\$ 319.029).

A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

A Companhia não possui contingências civis e trabalhistas, classificadas como prováveis e possíveis, que devam ser provisionadas ou divulgadas, respectivamente, em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

As provisões referentes às ações judiciais da Companhia são consideradas de longo prazo, devido a imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judicial brasileiro, pela qual não divulgamos a estimativa quanto ao cronograma de saída de benefícios econômicos.

11) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial são demonstrados a seguir:

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado ajustado	Quantidade de ações possuídas (em mil)		Participação no capital social %	Total dos investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (6)	
				ON	PN		2019	2018	2019	2018
				Bradesco (1) (2) (3)	75.100.000	135.539.980	21.023.023	339.512	89.989	5,33
Bradespar (1) (2) (4) (7)	4.100.000	9.560.855	(403.207)	30.388	2.236	9,37	896.215	948.354	(40.196)	109.033
Ágio - Bradesco (5)	-	-	-	-	-	-	2.771.912	2.771.912	(18.242)	-
Ágio - Bradespar (5)	-	-	-	-	-	-	494.205	494.205	-	-
Total	-	-	-	-	-	-	11.381.550	10.857.174	1.059.486	983.107

(1) Em 31 de dezembro de 2019, o valor de mercado das ações ordinárias do Bradesco era de R\$ 36,17 e as ações preferenciais de R\$ 34,07, e para as ações da Bradespar, era de R\$ 38,28 e R\$ 35,37, respectivamente;

(2) A Administração possui avaliação que demonstra que a Companhia possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no Conselho de Administração e na Diretoria das investidas;

(3) As informações referentes a 31 de dezembro de 2019, foram auditadas pelos mesmos auditores independentes da NCF;

(4) As informações referentes a 31 de dezembro de 2019, foram auditadas pela PwC Auditores Independentes.;

(5) O ágio está fundamentado na mais-valia das ações do Bradesco e da Bradespar;

(6) Considera os resultados apurados pelas investidas, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado; e

(7) Empresa *holding* com o seu resultado oriundo, basicamente, da equivalência patrimonial de sua controlada e investimento com influência significativa (Vale S.A.), portanto, está sujeita, principalmente, ao impacto das variáveis advindas do seu investimento com influência significativa sobre os resultados do negócio (risco de mercado), os riscos provenientes de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia (risco de crédito), aqueles inerentes a processos internos (risco operacional), aqueles oriundos de fatores econômicos (risco de liquidez) e aqueles advindos da exploração de recursos naturais (risco ambiental).

12) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES FISCAIS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações fiscais

A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

Os principais processos referem-se a: (i) não inclusão, na base de cálculo do PIS e da Cofins, dos juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida; e (ii) a não tributação das receitas jurídicas. Os valores dos tributos relacionados às obrigações legais são apurados mensalmente, depositados em conta judicial e registrado na rubrica "Depósitos judiciais", no montante de R\$ 402.370 (2018 - R\$ 319.029).

A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

A Companhia não possui contingências civis e trabalhistas, classificadas como prováveis e possíveis, que devam ser provisionadas ou divulgadas, respectivamente, em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

As provisões referentes às ações judiciais da Companhia são consideradas de longo prazo, devido a imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judicial brasileiro, pela qual não divulgamos a estimativa quanto ao cronograma de saída de benefícios econômicos.

I - Movimentação das provisões

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2019	2018
No início do período	345.837	268.872
Atualizações monetárias	18.241	15.391
Constituição	63.347	61.574
No final do período	427.425	345.837

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 2019 e 2018, não há processos contingentes avaliados com risco de perda possível.

13) OUTRAS OBRIGAÇÕES

Em 2018 referem-se, basicamente, a adiantamento para futuro aumento de capital e contratos de mútuos. O adiantamento para futuro aumento de capital, acrescido da variação da taxa SELIC, correspondia a R\$ 1.467.795 e o total dos contratos de mútuo, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, correspondia a R\$ 2.001.205, que foram liquidados, conforme deliberações em assembleia geral extraordinária e reunião extraordinária realizadas em outubro e novembro de 2019.

14) PASSIVOS FINANCEIROS - DEBÊNTURES

Em outubro de 2016, foi encerrada a oferta pública de distribuição da terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, da Companhia, com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, por meio da qual foram emitidas 560.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 10.000, perfazendo o montante de R\$ 5.600.000, e vencimento em dezembro de 2020.

As debêntures possuem garantias reais, as quais poderão ser utilizadas até o limite de seu valor nos termos dos respectivos Contratos de Garantia, conforme segue: (i) alienação fiduciária da totalidade das ações ordinárias de emissão do Bradesco e de titularidade da Companhia e (ii) cessão fiduciária de 10.000 letras financeiras de titularidade da Companhia, com o valor unitário de R\$ 500.000,00 totalizando o valor de R\$ 5.000.000. A Companhia cumpriu com todos os requisitos contratuais *covenants* em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

As debêntures farão jus a remuneração equivalente a variação acumulada da taxa média dos DI - Depósitos Interbancários de um dia, acrescida de um adicional, calculadas e divulgadas claramente pela CETIP, base 252 dias úteis, calculados *pro rata temporis*, desde a data de emissão até o final do período de capitalização, no montante de R\$ 5.604.283 (2018 - R\$ 5.606.179), sendo o custo de emissão de R\$ 8.152 (2018 - R\$ 15.401), resultando em um valor líquido de R\$ 5.596.136 (2018 - R\$ 5.590.778).

15) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2019	2018
Ordinárias	1.685.707.352	1.171.325.126
Preferenciais (1)	1.502.370.308	1.043.932.143
Total	3.188.077.660	2.215.257.269

(1) As ações preferenciais não terão direito a voto, mas conferem a seus titulares as seguintes preferências e vantagens: (i) prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da Sociedade; e (ii) dividendos de 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de março de 2018, deliberou-se aumentar o capital social em R\$ 125.800, elevando-o de R\$ 4.468.004 para R\$ 4.593.804. A proporção de 1,474969724% foi ajustada sobre a posição acionária que cada acionista possuía em 8 de março de 2018, data-base de direito à subscrição, que ocorreu mediante a emissão de 32.199.442 novas ações, nominativas escriturais, sem valor nominal, sendo 17.025.569 ordinárias e 15.173.873 preferenciais, ao preço de R\$ 3,91 por ação, com integralização à vista, no ato da subscrição.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de março de 2019, deliberou-se aumentar o capital social em R\$ 187.000, elevando-o de R\$ 4.593.804 para R\$ 4.780.804. A proporção de 2,051736005% foi ajustada sobre a posição acionária que cada acionista possuía em 8 de março de 2019, data-base de direito à subscrição, que ocorreu mediante a emissão de 45.451.231 novas ações, nominativas escriturais, sem valor nominal, sendo 24.032.499 ordinárias e 21.418.732 preferenciais, ao preço de R\$ 4,11 por ação, com integralização à vista, no ato da subscrição.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 01 de novembro de 2019, deliberou-se aumentar o capital social em R\$ 3.906.991, elevando-o de R\$ 4.780.804 para R\$ 8.687.795. A proporção de 38,812814965% foi ajustada sobre a posição acionária que cada acionista possuía em 01 de novembro de 2019, data-base de direito à subscrição, que ocorreu mediante a emissão de 877.444.607 novas ações, nominativas escriturais, sem valor nominal, sendo 463.951.943 ordinárias e 413.492.664 preferenciais, ao preço de R\$ 4,45 por ação, com integralização à vista, sendo um total de R\$ 1.543.596 integralizados com a utilização de crédito de sua titularidade, oriundo de AFAC - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital e R\$ 2.363.395 integralizados no ato, em moeda corrente nacional.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de dezembro de 2019, deliberou-se aumentar o capital social em R\$ 227.000, elevando-o de R\$ 8.687.795 para R\$ 8.914.795. A proporção de 1,590889651% foi ajustada sobre a posição acionária que cada acionista possuía em 30 de dezembro de 2019, data-base de direito à subscrição, que ocorreu mediante a emissão de 49.924.553 novas ações, nominativas escriturais, sem valor nominal, sendo 26.397.784 ordinárias e 23.526.769 preferenciais, ao preço de R\$ 4,55 por ação, com integralização à vista, no ato da subscrição.

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, tendo como base a quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação, não havendo fatores de diluição do lucro, cujos cálculos estão demonstrados a seguir:

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2019	2018
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	954.774	824.722
Ordinárias	0,29	0,36
Preferenciais	0,31	0,39

c) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

d) Reservas de lucros

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social;

(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado; e

(iii) Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

e) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil		% (1)
	2019	2018	
Lucro líquido do exercício	954.774	-	-
Reserva legal	(47.739)	-	-
Base de cálculo ajustada	907.035	-	-
Juros sobre o capital próprio (bruto) (2)	310.000	-	-
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio - 15% (3)	(17.580)	-	-
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2019	292.420	32,2	
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2018	217.900	28,0	

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo;

(2) JCP deliberado em 19 de dezembro de 2019 e pago em 30 de dezembro de 2019; e

(3) Não contempla o Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), referente aos juros sobre o capital próprio dos acionistas isentos.

16) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2019	2018
Cofins	52.988	51.543
PIS	10.358	10.031
Outros	9	4
Total	63.355	61.578

17) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2019	2018
Serviços de terceiros (1)	9.059	9.099
Editais e publicações	152	136
Total	9.211	9.235

(1) Referem-se, basicamente, a despesas de comissões com debêntures.

18) RESULTADO FINANCEIRO

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2019	2018
Receitas financeiras		
Receita de aplicações em letras financeiras	414.039	435.909
Receitas sobre aplicações financeiras	65.137	51.978
Variação monetária de contrato de mútuo a receber	15.391	15.635
Outros	48.138	42.839
Total	542.705	546.361

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Luiz Carlos Trabuco Cappi

Vice-Presidente

Carlos Alberto Rodrigues Guilherme

DIRETORIA

Diretor-Presidente

Octavio de Lazari Junior

Diretor Vice-Presidente

Marcelo de Araújo Noronha

André Rodrigues Cano

Cassiano Ricardo Scarpelli

Eurico Ramos Fabri

Diretor Adjunto

Leandro de Miranda Araújo

Oswaldo Tadeu Fernandes
Contador - CRC 1SP271968/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da

NCF Participações S.A.

Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da NCF Participações S.A. ("NCF"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da NCF Participações S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais

7) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2019	2018
Depósito bancário	5	6
Fundos de investimentos financeiros (1)	4.504	629.300
Total	4.509	629.306

(1) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, destinados a integrantes da Organização ou a ela ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Bradesco.

8) ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

Referem-se a aplicações em Certificado de Depósito Bancário - CDB, emitidos pelo Bradesco, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, no montante de R\$ 503.271 (2018 - R\$ 236.330), sendo seu valor de mercado igual ao contábil, com vencimento em dezembro de 2021.

9) ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Referem-se a aplicações em letras financeiras, emitidas pelo Bradesco: (i) acrescidas da variação da taxa referencial SELIC, com vencimento acima de cinco anos e classificadas no Nível 2, o custo atualizado e o valor de mercado correspondiam ao montante de R\$ 5.005.343 (2018 - R\$ 5.006.158); e (ii) aplicação acrescidas da variação do Depósito Interbancário - DI, no montante de R\$ 2.164.045 (2018 - R\$ 530.338), sendo o valor de custo atualizado R\$ 2.169.835 (2018 - R\$ 531.577), e uma marcação a mercado de R\$ (5.790) (2018 - R\$ (1.239)), com vencimento a partir de dezembro de 2020.

10) VALORES A RECEBER

Referem-se a contratos de mútuo, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, com vencimento em março de 2024, o saldo atualizado correspondia a R\$ 274.432 (2018 - R\$ 259.040).

Despesas financeiras	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2019	2018
	Despesas com juros de debêntures	(374.596)
Variação monetária de contrato de mútuo a pagar	(102.909)	(120.785)
Variação monetária do adiantamento para futuro aumento de capital	(75.801)	(88.661)
Outros	(18.242)	(15.399)
Total	(571.548)	(629.147)
	(28.843)	(82.786)

19) PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações.

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2019	2018
	Caixa/Disponibilidades	-
Aplicações financeiras	-	7.672.659
Valores a receber	274.432	259.040
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	-	52.244
Outros	-	231.942
Total		

NCF Participações S.A.

CNPJ 04.233.319/0001-18
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Investimento no Bradesco:

- O Bradesco possui estimativas contábeis críticas relevantes e alta dependência da infraestrutura de tecnologia da informação para continuidade de seus negócios, que podem afetar o resultado da NCF, via equivalência patrimonial, de forma relevante, como segue:
- As estimativas de perdas esperadas (*impairment*) de empréstimos e adiantamentos, compromissos de empréstimos, garantias financeiras, ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e títulos e valores mobiliários ao custo amortizado (em conjunto "operações sujeitas ao risco de crédito") exigem a utilização de julgamentos e premissas por parte do Bradesco, que incluem análises tanto dos fatores externos, tais como condições econômicas gerais e projeções, quanto dos fatores internos, tais como histórico de pagamentos e renegociações, avaliações de risco das contrapartes e garantias;
 - A mensuração de instrumentos financeiros cuja mensuração de valor justo não utiliza diretamente preços cotados (níveis 2 e 3 na hierarquia de valor justo) estão sujeitos a um nível maior de subjetividade, na medida em que o Bradesco tem de efetuar julgamentos significativos para estimar esses valores;
 - Provisões e passivos contingentes em que o Bradesco é parte passiva em processos judiciais de natureza fiscal, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades, com respectiva provisão. Algumas leis, regulamentos e discussões judiciais no Brasil tem grau de complexidade elevado, e portanto, a mensuração, reconhecimento e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes, relativos a processos, e/ou, em certos casos, aderência à leis e regulamentos requer julgamento profissional do Bradesco;
 - Ativos relativos a Créditos Tributários, cuja realização está fundamentada em estimativas de rentabilidade futura baseadas nos planos de negócio e orçamento preparados pelo Bradesco e que estão suportados por premissas econômicas e de negócios que requerem julgamentos inerentes à determinação dessas estimativas e ao potencial impacto que eventuais mudanças nas premissas poderiam causar na expectativa de realização dos créditos tributários;
 - Valor recuperável dos ativos relativos a ágio na aquisição de investimentos e intangíveis de vida útil indefinida cuja realização está fundamentada em projeções de resultados futuros baseados nos planos de negócio e orçamento preparados pelo Bradesco em relação as Unidades Geradoras de Caixa "UGC" e que estão suportados por premissas econômicas e de negócios que envolvem julgamento inerente à determinação dessas estimativas e ao potencial impacto de eventuais mudanças nas premissas;
 - Provisões técnicas de seguros e previdência bem como o teste de adequação de passivos, requerem julgamento do Bradesco na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outras, experiência histórica de sinistros, longevidade, persistência, taxas de juros e custos; e
 - Elevada dependência do Bradesco de seus sistemas de tecnologia, do alto volume de transações processadas diariamente, e da importância dos controles de acesso e de gerenciamento de mudanças nos seus sistemas e aplicativos para mitigar o risco potencial de fraude ou erro decorrentes de acesso indevido ou mudança em um sistema ou informação, e para garantir a integridade das informações financeiras e dos registros contábeis.

Investimento na Bradespar:

- A Bradespar e sua investida possuem estimativas contábeis críticas relevantes que envolvem um alto nível de julgamento da Bradespar e de sua investida que podem afetar o resultado da NCF, via equivalência patrimonial de forma relevante, como segue:
- A mensuração, o reconhecimento e a divulgação de provisões e passivos contingentes (cíveis e fiscais) que envolvem julgamento significativo na determinação quanto à conclusão dos processos judiciais.
 - Investimento na Vale S.A. ("Vale"), que por sua vez possui estimativas contábeis críticas relevantes, envolvendo alto nível de julgamento na sua avaliação, como descrito a seguir:
 - Rompimento da Barragem I da mina de Córrego do Feijão ("Barragem de Brumadinho) em que houve gastos e registros de provisões, que envolveu julgamentos críticos nas premissas e das bases utilizadas e que contou com suporte de consultores externos especializados, relacionados: (i) às medidas de suporte e reparação dos atingidos e recuperação das áreas afetadas; e (ii) descaracterização de todas as barragens de rejeitos construídas pelo mesmo método da Barragem de Brumadinho (método de alteamento a montante);
 - Avaliação do valor recuperável dos investimentos, ativos imobilizados, ativos intangíveis e dos ágios fundamentados em rentabilidade futura, que a Vale determina estimativas dos fluxos de caixa futuro para cada Unidade Geradora de Caixa "UGC", considerando diferentes fatores e premissas internas e externas que requerem julgamentos críticos; e
 - Provisão para contingências tributárias que possuem assuntos relevantes em discussão em várias esferas processuais e requerem julgamentos da Vale quanto ao prazo, prognóstico e perda e valor de liquidação.

Devido à relevância dessas investidas, à mensuração dessas estimativas contábeis que envolvem julgamento significativo das investidas e ao impacto que eventuais mudanças nas premissas das estimativas efetuadas em suas demonstrações contábeis poderia ter nas demonstrações contábeis da NCF, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou este assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram o planejamento e comunicação do escopo de nossos trabalhos para as investidas, discussão do risco de distorção relevante e envio das instruções aos auditores das investidas. Realizamos reuniões com os respectivos auditores responsáveis pelas investidas e efetuamos a avaliação do trabalho realizado que considerou, entre outros aspectos, os assuntos destacados acima que podem afetar o resultado da NCF de forma relevante. Avaliamos também as evidências de auditoria obtidas e a documentação dos especialistas envolvidos na auditoria das investidas. Analisamos as comunicações e os relatórios enviados pelos auditores das investidas, bem como dos procedimentos realizados e das conclusões obtidas, especificamente a determinação da materialidade, o efeito de distorções não corrigidas e procedimentos de auditoria executados para responder aos riscos. Avaliamos também a adequação das divulgações feitas nas demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequados os saldos de investimentos e do resultado com equivalência patrimonial, bem como as respectivas divulgações em nota explicativas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da NCF, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da NCF. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações contábeis e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico

CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da NCF é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da NCF é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da NCF continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a NCF ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da NCF são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da NCF.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da NCF. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a NCF a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Osasco, 26 de março de 2020.

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-028567/F

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

11,1 MILHÕES DE EMPRESÁRIOS, DIRETORES OU C-LEVELS CONECTADOS COM A SUA EMPRESA

Reforce sua transparência e credibilidade divulgando as demonstrações financeiras do ano nos veículos mais confiáveis e de maior cobertura no segmento econômico.

ECONÔMICO
Valor
+
O GLOBO
+
ECONÔMICO
Valor RI
MUITO MAIS VISIBILIDADE
PARA A SUA EMPRESA



ANUNCIE: 11 3767.7043 • 21 3521.5500 • 61 3717.3333 • www.valor.com.br/valor-ri